

• U • C •

FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Andreia Salomé Jacinto Nunes

O impacto da crise económica de 2008-2012 na dinâmica das empresas portuguesas

Relatório de Estágio de Mestrado em Economia, na especialidade de Economia Industrial, apresentado à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre

Entidade de Acolhimento: *My Business* Consultores Financeiros e Informáticos, Lda.

Orientador Académico: Professor Doutor Carlos Carreira

Supervisor Profissional: Doutor Edgar Saraiva

Coimbra, 2016

Agradecimentos

Tive contanto com pessoas que contribuíram, de alguma forma, para que o meu trabalho pudesse ser realizado, quer fornecendo material, informações, quer dando palavras de incentivo e estímulo. Correndo o risco de, involuntariamente, não mencionar pessoas que foram uma mais-valia para o meu caminho, aqui faço o meu reconhecimento.

Ao Professor Doutor Carlos Carreira, meu orientador académico, pela forma como me orientou na elaboração deste relatório de estágio, nunca poupando esforços no que respeita às sugestões e críticas, assim como no esclarecimento de dúvidas que foram surgindo. Foi uma ajuda excepcional para a concretização do presente trabalho.

Aos colaboradores da *My Business*, que me acolheram de forma exemplar e pela confiança em mim depositada, pela ajuda dada em todas as questões e, principalmente, pela constante boa disposição no decorrer do estágio curricular.

Aos meus pais, um enorme obrigado por acreditarem em mim, pelo incentivo e paciência, e principalmente, por serem modelos de coragem.

À minha irmã Elisa, pela ajuda na superação em todos os momentos do meu percurso académico, pois sem ela, este sonho não poderia ser concretizado.

À minha irmã Rita, que apesar da distância sempre esteve presente e deu força à sua maneira.

À Mariana Sofia e à Rita Helena, um enorme obrigado pela vossa presença, pela força dada neste ciclo de estudos, por todos os momentos passados, pela amizade, pelos risos e particularmente, por esses feitos tão especiais. Sem vocês não teria conseguido ultrapassar os obstáculos que se foram colocando nesta fase e, sem vocês, nada teria sido tão marcante.

À Gabriela, pela ajuda e força dada nesta longa aventura denominada Coimbra.

Ao Clifton, pelo carinho, pela amizade, pela força, pelos momentos proporcionados ao longo deste último ano e sobretudo, pela confiança nos momentos em que desanimava.

A todos, o meu sincero Obrigado.

Resumo

No decorrer do estágio curricular, verificou-se o incremento do número de processos de insolvência de empresas-clientes da *My Business*, a entidade de acolhimento do presente estágio curricular. A recessão económica de 2008-2012 teve um grande impacto na economia portuguesa, refletindo-se na dinâmica das empresas, onde se observam variações significativas das taxas de entrada e saída de empresas e de criação e destruição de emprego nos diversos sectores. Este trabalho tem um duplo objetivo: primeiro, apresentar e enquadrar sectorialmente e regionalmente a entidade de acolhimento; segundo, analisar os efeitos da crise económica na dinâmica da indústria transformadora portuguesa. Na sua concretização adotou-se uma abordagem não experimental, delineando uma via descritiva e exploratória. Entre 2008 e 2012, observou-se um aumento substancial na destruição de emprego relativamente ao período de pré-crise e um pico na taxa de saída de empresas do mercado em 2011, coincidindo com a aplicação do Memorando de Entendimento. A saída de empresas parece ser influenciada negativamente por variáveis como o nível de produtividade e a dimensão da empresa. A entrada de empresas não apresenta qualquer impacto estatisticamente significativo na taxa de risco de saída das empresas. Durante o período de crise, as restrições financeiras das empresas são preponderantes sobre a produtividade no risco de saída.

Palavras – chave: Crise económica, entrada, saída, criação e destruição de emprego, determinantes.

Abstract

During the period of my internship, there was an increase in the number of *My Business* (the host company of this internship) costumers experiencing insolvency. The 2008-2012 recession had a major impact on the Portuguese economy, particularly on firm dynamics. The goal of this work is twofold: first, to present an overview of the host institution, including its regional and sectoral framework; second, to analyse the effect of the economic crisis on the dynamics of Portuguese manufacturing firms. For this purpose, I mainly use a descriptive methodology. I do find a substantial increase in job destruction during the period 2008–2012 vis-à-vis the pre-crisis period and a peak of exit rate in 2011, the year of implementations of the “Memorando de Entendimento”. The exit of firms appears to be negatively influenced by variables such as the level of productivity and the firm size. The entry rate shows no statistically significant impact on the risk of exit. During the crisis period, firms financial constraints were predominant over productivity in the risk of exit.

Keywords: Economic crisis, entry, exit, job creation and destruction, determinants.

Lista de Abreviaturas e Siglas

CAE – Rev 3 – Classificação Portuguesa de Atividades Económicas, Revisão 3

CIVA – Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

IEH – Inquérito Anual às Empresas

IES – Informação da Empresa Simplificada

INE – Instituto Nacional de Estatística

IRC – Imposto sobre o Rendimento das pessoas Coletivas

IRS – Imposto sobre o Rendimento das pessoas Singulares

IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado

NUTS I, II, III – Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins estatísticos de nível I, II e III, respetivamente

PORDATA – Base de Dados de Portugal Contemporâneo

SCIE – Sistema de Contas Integradas das Empresas

SWOT – *Strength, Weaknesses, Opportunities and Threat*

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Nº de Entradas e Saídas de empresas, em Portugal, entre 2004 e 2012.....	41
Gráfico 2 – Taxa de Entrada e Saída de empresas, em Portugal, entre 2004 e 2012.....	20
Gráfico 3 – Taxa de Criação e Destruição de emprego na Indústria Transformadora, em Portugal, entre 2004 e 2012.....	23

Índice de Quadros

Quadro 1 – Contexto da entidade de acolhimento.....	6
Quadro 2 – Resumo esquemático da relação de causalidade entre entrada e saída de empresas do mercado.....	9
Quadro 3 – Influência que os Incentivos têm na entrada de novas empresas.....	13
Quadro 4 – Influência que as Barreiras Estruturais têm na entrada de novas empresas.....	13
Quadro 5 – Influência que as Barreiras Estratégicas têm na entrada de novas empresas...	13
Quadro 6 – Influência que as Variáveis Conjunturais têm na entrada de novas empresas.....	14
Quadro 7 – Fatores que influenciam a criação de emprego.....	14
Quadro 8 – Fatores que influenciam a destruição de emprego.....	15
Quadro 9 – N° de Entradas e Saídas de empresas, em Portugal, entre 2004 e 2012.....	41
Quadro 10 – Taxa de Entrada e Saída de empresas, em Portugal, entre 2004 e 2012.....	20
Quadro 11 – A Classificação Portuguesa de Atividades Económicas da Indústria Transformadora.....	42
Quadro 12 – Taxa de Entrada e Saída de empresas na Indústria Transformadora, em Portugal, no período de pré-crise e no período de crise.....	24
Quadro 13 – Taxa de Criação e Destruição de Emprego na Indústria Transformadora, em Portugal no período de pré-crise e período de crise.....	25
Quadro 14 – Determinantes da saída de empresas do mercado, em Portugal, entre 2004 e 2012.....	28
Quadro 15 – Determinantes da entrada de empresas do mercado, em Portugal, entre 2006 e 2010.....	28
Quadro 16 – Matriz SWOT da entidade de acolhimento.....	33

Índice

Agradecimentos	iii
Resumo	v
Abstract	vii
Lista de Abreviaturas e Siglas	ix
Índice de Gráficos	xi
Índice de Quadros	xiii
Introdução	1
Parte I - Caracterização da Entidade de Acolhimento	3
1.1. <i>A My Business</i>	3
1.2. Contexto macro e microeconómico da entidade de acolhimento.....	5
Parte II – A crise económica e a dinâmica das empresas	7
2.1. A entrada e saída de empresas do mercado.....	8
2.2. Fluxos líquidos de criação e destruição de emprego.....	10
2.3. Fatores explicativos.....	11
Parte III – Dinâmica das empresas e a criação e destruição de emprego	17
3.1. Material e Métodos	17
3.2. Questões e objetivos do estudo	18
3.3. Resultados	18
Parte IV – Estágio Curricular	29
4.1. Atividades realizadas	29
4.1.1. Práticas de Controlo Interno.....	29
4.1.2. Receção dos Documentos Contabilísticos e Fiscais.....	30
4.1.3. Verificação e Arquivo dos Documentos Contabilísticos e Fiscais	30
4.1.4. Classificação e Registo Informático dos Documentos.....	32

4.2. Reflexão crítica.....	32
4.2.1. <i>My Business</i>	32
4.2.2. Estágio Curricular.....	34
Conclusão	35
Bibliografia	37
Webgrafia	40
Anexos	41

Introdução

O presente trabalho apresenta-se como relatório de estágio do Mestrado em Economia da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra desenvolvido na entidade *My Business- Consultores Financeiros e Informáticos, Lda.*. O referido estágio realizou-se no período de 1 de Setembro a 22 de Dezembro de 2015.

Entre as diversas questões que se poderiam colocar neste estágio, dado o impacto da crise económica nos clientes de uma empresa de consultoria empresarial, uma questão que pertinente é a de saber o efeito da crise de 2008-2012 na dinâmica das empresas portuguesas. Entende-se aqui por “dinâmica”, a entrada e saída de empresas, numa dada indústria, bem como a variação da dimensão das empresas que permanecem ativas. Um facto comumente aceite na literatura, observado em diferentes economias mundiais, é o de que as crises económicas têm um forte impacto na dinâmica das empresas.

Durante este período de aprendizagem, tive a oportunidade de acompanhar a evolução de empresas clientes da *My Business*, com graves dificuldades económico-financeiras. Em particular, foi possível acompanhar o processo de insolvência de clientes da *My Business* que, apesar dos esforços das entidades envolvidas, acabaram por sair do mercado em que atuavam. Foi ainda possível constatar que, durante a crise de 2008-2012, o número de empresas/ clientes da entidade acolhedora do meu estágio que saíram do mercado aumentou exponencialmente. Assim, de modo a poder aprofundar e alargar os meus conhecimentos sobre dinâmica das empresas, para colmatar a pouca formação académica nesta área, defini como tema a explorar para o presente trabalho: “O impacto da crise económica de 2008-2012 na dinâmica das empresas portuguesas”.

O facto da crise económica de 2008-2012, ser a maior desde os anos trinta, com repercussões em diversas áreas, representa um motivo acrescido para a escolha deste tema.

O presente relatório é dividido por três partes: a entidade de acolhimento, o enquadramento teórico do tema e as atividades realizadas no estágio curricular.

Após a introdução, a primeira parte do relatório tem como objetivo apresentar a entidade de acolhimento, expondo a sua história, a sua Missão, Visão e objetivos e, principalmente, contextualizar esta empresa a nível micro e macroeconómico. Na segunda parte do trabalho desenvolvem-se os conceitos relacionados com a dinâmica das empresas para um melhor entendimento sobre o tema. Aborda-se tópicos como o processo de entrada

e saída de empresas de um mercado, o fluxo líquido de criação e de destruição de emprego e os fatores que explicam a sua variação. A terceira parte do relatório é composta por dois pontos. No primeiro explana-se todas as atividades realizadas no decorrer do estágio curricular. No segundo, é realizada uma análise crítica à entidade de acolhimento – procedendo a uma análise SWOT (*Strength, Weaknesses, Opportunities and Threat*) – e ao estágio curricular desenvolvido. Finalmente, apresenta-se uma conclusão.

Parte I - Caracterização da Entidade de Acolhimento

O objetivo deste capítulo é apresentar a entidade de acolhimento do estágio curricular, *My Business- Consultores Financeiros e Informáticos, Lda.*¹: o seu objeto; a estrutura; os clientes; a Missão; os Valores; a estratégia da mesma e as principais atividades.

O estágio curricular teve uma duração de, aproximadamente, três meses, com o objetivo de permitir um primeiro contacto com a realidade profissional e, de certo modo, possibilitar a aplicação de alguns conhecimentos académicos nas práticas contabilísticas do quotidiano, através do desempenho de um conjunto de atividades integradas no processo contabilístico, desde a receção da documentação entregue pelos clientes, até ao registo contabilístico no *software* adequado para o mesmo. Outras atividades realizadas serão explanadas, detalhadamente, nos subcapítulos que se seguem.

1.1. A My Business

A empresa *My Business*, contribuinte nº 507559614, é uma empresa de consultoria, especializada nas áreas financeira, fiscal, contabilística e administrativa. Esta encontra-se, no presente momento, sediada na Rua Padre António Vieira nº 28 R/C em Coimbra.

Em Janeiro de 2006, foi constituída como sociedade unipessoal por quotas com a denominação de *My Business- Consultores Financeiros e Informáticos Unipessoal, Lda.* O seu capital social é de 5 000€, detido integralmente pelo seu único sócio Nuno Mateus Silva. O objeto da *My Business Unipessoal* era a “produção e comercialização de *software* informático, desenvolvimento e comercialização de aplicações *Web*, consultoria na área da informática, comercialização de *hardware* informático, atividades de contabilidade, auditoria e consultoria fiscal, apoio à gestão de empresas e empresários em nome individual, realização de estudos de mercado, serviços de apoio à internacionalização de empresas, realização de projetos de investimento, consultoria na área financeira” de acordo com a Certidão do Cartório Notarial². Embora o objeto social fosse tão amplo, o *core*

¹ Neste trabalho esta entidade será designada como *My Business*.

² Retirado da *Internet*. Acesso a 2 de Setembro de 2015, disponível no Portal da Justiça: <https://publicacoes.mj.pt/>

business foi, inicialmente, o desenvolvimento e comercialização de *software* informático, determinado pelos muitos conhecimentos do seu único sócio nesta área, e a pouca concorrência existente.

No final de Abril de 2011, com a entrada de uma nova sócia, Ana Paula Silveira, a empresa passou a ter dois sócios, cada um detendo uma percentagem de capital social igualitária. A sociedade passou a denominar-se *My Business- Consultores Financeiros e Informáticos, Lda.*

Após a entrada da nova sócia, a empresa decidiu empenhar-se nas atividades de contabilidade, consultoria fiscal e no apoio à gestão de empresas, passando a possuir como Classificação Portuguesa de Atividades Económicas (CAE) o código 69200, isto é, “Atividades de Contabilidade, Auditoria e Consultoria Fiscal”.

Sendo a *My Business* uma entidade que presta serviços de carácter contabilístico e financeiro, tem como objetivo primário, conforme o gerente da entidade, “proporcionar aos seus clientes o melhor conjunto de serviços profissionais nas suas áreas de atuação, com intuito de melhorar a qualidade e a rapidez de informação”.

No âmbito da contabilidade existem diversos serviços prestados aos clientes entre os quais o processamento de documentos contabilísticos, o processamento de salários e o cumprimento das obrigações legais e fiscais, tais como a declaração do imposto sobre o valor acrescentado (IVA), a retenção de imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS), o imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) e declaração da informação da empresa simplificada (IES). Para além destes serviços, a *My Business* efetua a documentação para início, alteração e encerramento das atividades dos clientes.

A entidade de acolhimento também presta serviços de aconselhamento de gestão de modo a obter uma relação mais próxima com os clientes e, por conseguinte, com que estes tenham uma gestão mais eficaz e eficiente. Este aconselhamento é periódico e é feito através do reporte financeiro. Como atividades secundárias a *My Business* vende material de escritório, tais como cartuchos de tinta, *tonners*.

Como missão, a entidade de acolhimento pretende “ajudar os clientes a tornarem-se mais fortes e mais competitivos”. A *My Business* visa “superar as necessidades e

expectativas dos seus clientes, aumentando os lucros, otimizando os custos e melhorando a eficiência e organização das empresas”³.

Atualmente, a empresa tem como colaboradores um técnico de contabilidade, um estagiário profissional, dois estagiários curriculares e um profissional independente. O técnico de contabilidade, para além de atividades que todos os colaboradores desempenham, contabilidade e fiscalidade, tem um papel fulcral na criação/fomento da relação com os clientes.

1.2.Contexto macro e microeconómico da entidade de acolhimento

É importante que as entidades analisem continuamente a concorrência, as necessidades dos clientes, as mudanças de estratégia e políticas, para que consigam adequar a oferta com a procura. Para tal, é necessário caracterizar o meio envolvente da entidade acolhedora.

A *My Business* é uma micro- entidade dado que não ultrapassa dois dos três limites definidos pelo artigo 2º da Lei nº 35/2010, a saber: (i) Total do balanço de 500 000 €; (ii) Volume de negócios líquido de 500 000 €; (iii) Número médio de 5 empregados durante o exercício.

Os seus clientes são, também, microempresas personificadas por sociedades por quotas, sociedades por quotas unipessoais, e empresários em nome individual. Os clientes atuam em diversas áreas tais como a estética, a informática, comercialização automóvel, indústria alimentar, e reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos.

Em Portugal, aproximadamente, 95,5 % das empresas são microempresas.

O Quadro 1 mostra os valores reais do volume de negócios e o número de empresas por NUT e CAE 69200 quer a nível nacional, quer a nível regional (Região de Aveiro e Região de Coimbra). A nível nacional, em 2013, estavam inscritas 23.092 empresas com o CAE 69200 - Atividades de Contabilidade, Auditoria e Consultoria Fiscal. A nível regional, com o CAE 69200, estavam inscritas no município de Coimbra 422 empresas, num total de 1.151 empresas registadas na Região de Coimbra (NUT III), em 2013.

³ Retirado da internet. Acesso a 20 de Novembro de 2015, disponível no *site*: www.liteprice.com.pt

O volume de negócios das empresas com o CAE 69200 representa aproximadamente 0,38% do total do volume de negócios registada na Região de Coimbra.

Neste mesmo ano, a *My Business*, apresentou um volume de faturação de, aproximadamente, 46 mil euros, ou seja, 0,14% do volume total de negócios das empresas com a mesma CAE, na região de Coimbra, que era cerca de 34 milhões de euros (não se possuem dados referentes ao município de Coimbra). Em 2014, a entidade de acolhimento registou um aumento no volume de negócios para cerca de 50 mil euros (não existe informação no INE referentes para o ano de 2014).

A entidade de acolhimento também tem como área de influência do seu negócio a Região de Aveiro (NUT III), por isso, é pertinente realizar um breve enquadramento desta entidade na região. Na Região de Aveiro estavam registadas, em 2013, 931 com a mesma CAE que da *My Business*. O volume total de negócios dessas empresas representava cerca de 0,30% do total registado nesta região. O volume de negócios da *My Business*, representava, em 2013, aproximadamente, 0,15% do volume de negócios das empresas com a mesma atividade económica nesta região.

A entidade de acolhimento, por si só, não tem poder de mercado em qualquer uma das regiões mencionadas anteriormente.

Quadro 1 - Contexto da entidade de acolhimento

Período de referência dos dados	Localização geográfica (NUTS - 2013)	Atividade económica (Subclasse - CAE Rev. 3)	Empresas		Volume de negócios	
			N.º		€	
2013	Portugal	Total	1097492		317333213867	
		Atividades de contabilidade e auditoria; consultoria fiscal	23092		1150808227	
	Região de Aveiro	Total	38578		10333738746	
		Atividades de contabilidade e auditoria; consultoria fiscal	931		30787240	
	Região de Coimbra	Total	48963		8873933740	
		Atividades de contabilidade e auditoria; consultoria fiscal	1151		34056549	

Fonte: INE

Parte II – A crise económica e a dinâmica das empresas

O processo relativo à entrada e saída de empresas de um mercado tem despoletado um interesse teórico e empírico na literatura económica, ao longo das últimas décadas. O pressuposto de que a entrada, assim como a saída de empresas de um mercado, é fator importante de competitividade e promoção de eficiência dos mercados, revela o interesse económico por este tema.

A dinâmica das empresas tem sido reconhecida pela teoria económica desde 1976 com Adam Smith. Esta dinâmica, para Adam Smith, tem um papel fulcral no equilíbrio dos mercados. Apesar da entrada e saída serem dois processos opostos, na literatura começaram por ser tratados de forma homogénea, com fatores idênticos a explicar cada um deles. O interesse no estudo da entrada e da saída está relacionado com o facto de este ser definido como um processo de seleção, no qual os mercados escolhem entre as empresas instaladas e as novas empresas, bem como entre os diferentes tipos de entrada. O estudo do processo de entrada é geralmente associado à obra de Bain (1956), tendo registado fortes desenvolvimentos nos anos 70, o que foi suportado pelos desenvolvimentos teóricos em Economia Industrial.

Schumpeter (1934 b) defende que as recessões implicam a saída de técnicas e produtos do mercado, a um ritmo mais acelerado para que os recursos sejam deixados para técnicas mais produtivas (pré-requisito inevitável da seleção e evolução dos mercados). Em períodos de recessão económica, a realocação de recursos parece ser mais intensa, o que faz com que a literatura sugira que esta abordagem Schumpeteriana é anticíclica (Davis e Haltiwanger 1992; Caballero e Hammour 1994). Barlevy (2002, 2003), pelo contrário, propõe um modelo em que as recessões só têm um efeito “limpeza” em mercados sem restrições financeiras, já que projetos mais arrojados exigem, geralmente, um maior nível de investimento e, por isso, pode existir de facto uma mudança para o financiamento de projetos menos produtivos (e menos exigentes financeiramente) em tempos de recessão económica.

Esta problemática que tem gerado debate na literatura e promovido a investigação por vários economistas. Assim, perceber se em Portugal, na recessão económica de 2008-2012, se assistiu a um processo de criação destruição (“limpeza”) de empresas/emprego

adequado para a evolução do mercado ou se gerou uma destruição contraproducente é uma questão pertinente.

Em Portugal, durante o período 2004-2012, assistiu-se a um crescimento, com pequenas oscilações, da taxa de natalidade de empresas. Por sua vez, a taxa de mortalidade das empresas atingiu, entre 2010-2012, valores nunca antes registados. Este fenómeno foi desencadeado por um marco histórico.

2.1. A entrada e saída de empresas do mercado

Nesta secção damos ênfase ao processo de entrada e saída de empresas do mercado, que tem despertado interesse na economia industrial.

Atualmente, as entradas num mercado são definidas tendo em vista três situações distintas, nomeadamente: alterações das suas características e alterações na estrutura. A alteração da característica das empresas – mudança de propriedade ou atividade, aumento ou redução da sua capacidade produtiva – não altera o número de empresas presentes no mercado. Quando se trata de processos de fusões ou aquisições abordamos as alterações a nível estrutural da empresa. Relativamente à aquisição, há origem de uma ou mais empresas. Já na fusão, uma das empresas cessa a sua existência sendo incorporada na empresa predominante no mercado. O processo de entrada e de saída só é influenciado pelas alterações estruturais em que existe, efetivamente, uma alteração no número de empresas presentes no mercado.

Podemos abordar a entrada e a saída de duas perspetivas diferentes. Uma primeira onde a entrada é uma causa da saída e a segunda onde a saída é uma causa pela entrada (Love 1996). Na primeira, Love (1936) afirma existir uma razão para acreditar que altas taxas de entrada podem resultar em altas taxas de saída. Todos os “nascimentos” devem resultar em “mortes” em qualquer altura no futuro, embora esta relação seja diferente entre os países e entre as diferentes fases do ciclo de vida das empresas. Na segunda perspetiva, onde a saída é uma causa para a entrada, o autor identifica dois argumentos para esta ocorrência. O primeiro é o argumento de substituição, também referido previamente por Austin e Rosenbaum (1990) e por Evans e Siegfried (1992) e o segundo argumento é o de afetação de recursos. A razão encontrada pelos autores para o argumento de substituição foi o facto de as novas empresas verem uma nova oportunidade de negócio sempre que

exista uma saída. Austin e Rosenbaum (1990) e Evans e Siegfried (1992) demonstraram ainda nos seus estudos que o número de saídas era exatamente igual ao número de entradas. O segundo argumento respeitante à afetação de recursos por saída foi explorado por Brown *et al.* (1990), onde os autores defenderam que umas “morrem” para poderem dar lugar a novas empresas. Quer isto dizer que as saídas levam a novas entradas porque libertam recursos, ativos de uma empresa (instalações, equipamentos, mão-de-obra) que poderão ser utilizados por empresários com características mais empreendedoras que os anteriores.

Jonhson e Parker (1996) relacionam as entradas e saídas com um efeito de competição e com um efeito multiplicador. Assim, os autores definem por um lado o efeito competição como o facto de “mais entradas poderem conduzir a mais saídas” devido a um aumento da concorrência. Por outro lado, defendem o efeito multiplicador, isto é, consideram que, se existir um aumento da procura, esta “poderá levar a menos saída”, uma vez que a procura para os bens e/ou serviços pode aumentar de modo a que a empresa consiga sobreviver num mercado cada vez mais concorrencial. O Quadro 2 resume as abordagens de alguns autores face à relação de causalidade dos dois processos.

Quadro 2 - Resumo esquemático da relação de causalidade entre entrada e saída de empresas do mercado

Autores/Relação	Entrada causa saída de empresas do mercado	Saída causa entrada de empresas no mercado
Love	- Altas taxas de entrada podem resultar em altas taxas de saída (1936)	- Efeito Substituição; - Afetação de recursos. (1996)
Jonhson e Parker (1996)	- Efeito Competição; - Efeito Multiplicador.	_____

Fonte: Elaboração própria

2.2. Fluxos líquidos de criação e destruição de emprego

A descrição de Slichter (1919) do funcionamento do mercado de trabalho provou ser intemporal. De facto, o mercado de trabalho das economias desenvolvidas caracteriza-se pela existência de um processo contínuo de criação⁴ e destruição de emprego⁵, ao qual está naturalmente associado um processo de rotação de trabalhadores, isto é, um processo de contratação e separação de trabalhadores. Uma análise à criação e destruição de emprego permite compreender mais facilmente a dinâmica das empresas no mercado.

Nas economias desenvolvidas, decorre um processo contínuo de criação e destruição de emprego compatível com a hipótese formulada por Schumpeter sobre crescimento económico. A criação e destruição de emprego, ou seja, o fenómeno de reafecção de emprego⁶, possibilita o crescimento da produtividade da economia. A melhor união de trabalhador/empresa vai sobreviver e perpetuar no tempo, enquanto a pior combinação entre trabalhador/empresa acaba por ser dissolvida e substituída por outros que, em média, serão mais produtivos (Jovanovic, 1979 e Aghion *et al.*, 2009).

No decorrer da crise, Portugal enfrentou um abrandamento da criação de emprego e um aumento da destruição de emprego. Apesar disso, não existe nenhuma evidência empírica de que a reafecção de emprego é fortemente anticíclica como a literatura sugeria da abordagem Schumpeteriana. (Davis e Haltiwanger, 1992; Caballero e Hammour, 1994).

⁴ Criação de emprego no momento t é igual aos ganhos de emprego para o conjunto de empresas que se expandem ou iniciam atividade entre os momentos t e $t-1$. (Banco de Portugal, 2007)

⁵ A destruição de emprego no momento t é igual às perdas de emprego para o conjunto de empresas que se contraem ou abandonam a atividade entre os momentos t e $t-1$. (Banco de Portugal, 2007)

⁶ Reafecção de emprego no momento t é igual à soma de todos os ganhos de emprego e perdas de emprego que ocorrem entre os momentos t e $t-1$. (Banco de Portugal, 2007)

2.3. Fatores explicativos

As primeiras investigações sobre a dinâmica das empresas, assentes na abordagem da organização industrial, referida frequentemente na literatura como abordagem tradicional, versaram sobre a criação de empresas e os seus fatores determinantes. Esta abordagem sustenta que as barreiras à entrada de novas empresas num mercado influenciam, a longo prazo, os benefícios de uma indústria. Este modelo está associado teoricamente a Bain (1956) e empiricamente a Geroski (1991) e Orr (1974).

Bain (1956) define dois tipos de condições para a entrada das empresas: os incentivos e as barreiras à sua entrada. A expectativa de lucro, a dimensão do mercado e o abandono das empresas do mercado, ao nível de incentivo, são determinantes na entrada. A expectativa de lucro de um setor (Orr, 1974) é a principal determinante da entrada de uma empresa. As empresas entram no mercado se tiverem uma expectativa de lucro elevada compensando as barreiras à entrada desse setor. No entanto, há autores como Siegfried e Evans (1994) e Geroski (1991) que defendem que a rendibilidade esperada não pode ser testada e que deverá ser usada a expectativa de lucro de períodos anteriores (rendibilidade histórica).

Resultados de estudos empíricos realizados por autores como Orr (1974) e Duetsch (1984) indicam que as indústrias com uma maior dimensão registam, normalmente, um maior número de entradas. A saída de uma empresa de um mercado também é uma determinante da entrada, isto porque a saída de empresas permite uma libertação de recursos e fatores produtivos atraindo, assim, a criação de novas empresas (Storey e Jones, 1987) e também, porque estas anunciam uma oportunidade para novas entradas.

A partir das teses propostas por Bain (1956), foram definidos, fundamentalmente, dois tipos de barreiras à entrada de novas empresas no mercado: barreiras estruturais e barreiras estratégicas. A primeira refere-se às características constantes de uma indústria (presença de economias de escala com uma escala mínima eficiente elevada, presença de custos irreversíveis, produtividade do trabalho elevado), a segunda tem em consideração o comportamento das empresas instaladas face às potenciais entrantes (elevada intensidade tecnológica do sector e capital humano pouco qualificado).

A presença de uma escala mínima eficiente do mercado elevado desincentiva a entrada de uma empresa, na medida em que faz com que as empresas que decidam entrar na indústria tenham uma dimensão elevada, para que consigam obter as vantagens das empresas já instaladas. Lambson (1991) desenvolveu, entre outros autores, modelos de organização industrial em que têm como princípio que os custos irreversíveis aumentam os custos de entrada (e de saída). A concentração de uma indústria é constituída como barreira à entrada pois esta está associada ao poder de monopólio das empresas já instaladas, o que reduz a probabilidade de sobrevivência das potenciais novas entradas no mercado. A forte relação entre empresas instaladas e fornecedores é definida como determinante na entrada de empresas numa indústria, na medida em que as empresas já instaladas têm uma maior facilidade na obtenção de recursos (Audretsch, 1989). O desencorajamento de novas entradas no mercado também é observado quando uma indústria apresenta um nível de produtividade de trabalho elevado, que é associado a um elevado investimento em capital tangível e intangível.

O ambiente tecnológico verificado numa indústria é potenciador da competitividade sectorial e conduz a novas entradas (Smiley, 1988; Acs e Audretsch, 1989), mas também sugere um investimento inicial elevado em investigação e desenvolvimento (I & D) para as potenciais entrantes. Um capital humano qualificado permite a uma empresa desenvolver ativos específicos e, por isso, constituam barreiras à entrada de empresas.

Estudos empíricos mais recentes sugerem que existem outros determinantes que condicionam a entrada e a saída das empresas numa indústria.

O ciclo de vida da indústria e a conjuntura macroeconómica – variáveis conjunturais – influenciam a entrada de uma empresa. Na fase inicial do ciclo de vida de uma indústria, assiste-se a um elevado nível de entradas; na fase da maturidade, o nível de entrada de empresas diminui significativamente e, na última fase do ciclo, observa-se uma estabilização do número de empresas da indústria. Condições económicas favoráveis propiciam a criação de novas oportunidades de negócios e favorecem a sobrevivência (entrada como fenómeno prócíclico), mas em períodos de elevado desemprego, o custo de oportunidade de ser empreendedor é baixo e, por isso, permite a criação de novas empresas (entrada como fenómeno anticíclico).

A saída de empresas depende de fatores como os ciclos económicos, os custos afundados e variáveis geográficas que afetam a capacidade das empresas para sobreviverem (Geroski, 1991).

Os quadros 3 a 6 esquematizam a relação que os incentivos, as barreiras estruturais e estratégicas e as variáveis conjunturais têm com as novas entradas no mercado.

Quadro 3 - Influência que os Incentivos têm na entrada de novas empresas

Incentivos	Relação
Lucros	+
Dimensão do mercado	+/-
Saída de outras empresas	+

Fonte: Elaboração própria

Quadro 4 - Influência que as Barreiras Estruturais têm na entrada de novas empresas

Barreiras Estruturais	Relação
Economias de Escala	+/-
Custos Irreversíveis	-
Concentração da indústria	-
Relação com fornecedores	+/-
Produtividade do trabalho	+/-

Fonte: Elaboração própria

Quadro 5 - Influência que as Barreiras Estratégicas têm na entrada de novas empresas

Barreiras Estratégicas	Relação
Intensidade tecnológica	+/-
Capital Humano	-

Fonte: Elaboração própria

Quadro 6 - Influência que as Variáveis Conjunturais têm na entrada de novas empresas

Variáveis conjunturais	Relação
Ciclo de vida da indústria	1º Fase : + 2º Fase : +/- 3º Fase : +/-
Conjuntura macroeconómica	prócíclica : + anticíclica : -

Fonte: Elaboração própria

Os fatores que influenciam a decisão da empresa na criação de postos de trabalho (Quadro 7) são a produtividade dos trabalhadores, a mão-de-obra disponível no mercado, os custos de contratação e os incentivos estatais/institucionais. Quanto maior for a produtividade do trabalhador, maior o interesse da empresa em contratar. As empresas com profissionais com qualificação adequada ao tipo de trabalho e/ou habilidades específicas fornece incentivos à criação de vagas e ao investimento em ativos mais rentáveis. A empresa contrai a sua procura em contratações, em situações em que o custo de contratação ou despedimento é elevado. Quanto maior for o incentivo por parte do Estado, maior será a facilidade na contratação de trabalhadores, como por exemplo, os apoios à contratação geridos pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional – estágios profissionais, estímulo emprego, incentivo emprego – e a concessão de apoios através de medidas como isenção e/ou redução de contribuições a cargo da entidade empregadora.

Quadro 7 - Fatores que influenciam a criação de emprego

Fatores	Relação
Produtividade dos trabalhadores	+
Mão-de-obra disponível	+
Custos de contratação	-
Incentivos estatais/institucionais	+

Fonte: Elaboração Própria

A destruição de emprego é influenciada pela substituição da mão-de-obra por novas tecnologias (robotização do processo produtivo), pelo aumento da carga fiscal sobre o rendimento, pela conjuntura económica, etc – Quadro 8. A substituição de trabalhadores por máquinas mais rentáveis à empresa, leva à destruição de postos de trabalho. Quando se assiste a um aumento sob os impostos sobre os rendimentos, *ceteris paribus*, as empresas destroem postos de trabalho com vista à redução da despesa por parte das mesmas. Em situações económicas recessivas (diminuição da procura, diminuição do poder de compra da população- alvo, etc), as empresas tendem a contrair os gastos, sendo uma das formas, a destruição de emprego.

Quadro 8 - Fatores que influenciam a destruição de emprego

Fatores	Relação
Robotização	+
Carga Fiscal	+
Situação económica - recessiva	-

Fonte: Elaboração Própria

Carreira e Teixeira (2016), após o seu estudo empírico, mencionam que existem dois efeitos opostos ao associar produtividade e emprego. A adoção de novas tecnologias intensivas em capital, por exemplo, pode gerar uma redução do emprego. No entanto, pode considerar que, com esta introdução de tecnologia numa empresa, aumente o nível de produtividade, o que faz com que as empresas, *ceteris paribus*, gerem lucros mais elevados, que por sua vez pode conduzir a um maior investimento e novos empregos.

Antes da recessão de 2008, existe um efeito negativo, estatisticamente significativo, da produtividade na alteração do nível de emprego. Este facto é alterado no período de crise, em que não existe qualquer efeito negativo. As condições de funcionamento do mercado têm um impacto significativo na determinação dos fluxos de emprego. As condições de entrada das empresas, nomeadamente, a sua reduzida dimensão no momento de entrada no mercado e a sua flexibilidade interna inicial (com mercados de trabalho internos pouco desenvolvidos, por exemplo), muitas vezes associada a fatores de

aprendizagem de novas tecnologias, têm um importante impacto na determinação dos fluxos de emprego.

A adoção de novas tecnologias intensivas em capital, por exemplo, podem vir a gerar uma redução de emprego. Por outro lado, pode-se esperar que, através dessa adoção de novas tecnologias, fomentando o nível de produtividade, as empresas consigam obter um lucro maior e que, por sua vez, possa haver um maior investimento por parte da empresa e, assim, maior nível de emprego. Existe uma correlação negativa, e estatisticamente significativa, entre a produtividade e a mudança do nível de emprego antes da crise, porém o mesmo não acontece no período de crise (Carreira e Teixeira, 2016).

Parte III – Dinâmica das empresas e a criação e destruição de emprego

3.1. Material e Métodos

A metodologia utilizada caracteriza-se por uma abordagem não experimental, delineando uma via descritiva e exploratória. O estudo será assente, principalmente, numa análise gráfica e estatística e, tendo como base uma análise empírica subjacente.

Nesta linha de pensamento, delimitámos o problema a investigar, em função do qual se traçaram os objetivos. Para os atingir, foi efetuada uma revisão bibliográfica, de modo a permitir uma sustentação teórica do problema, tendo a preocupação de selecionar o que pareceu mais pertinente e atual para fazer face ao objetivo do estudo: O impacto da crise económica de 2008-2012 na dinâmica das empresas portuguesas.

A fonte estatística relativa ao processo de entrada e saída de empresas do mercado será baseada nos dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística, através de publicações anuais onde divulga os principais indicadores estatísticos caracterizadores da estrutura e evolução do setor empresarial português, dados estes que são obtidos a partir do Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE). Os dados extraídos compreendem o intervalo 2004-2012 (pré-crise: 2004 a 2007; crise: 2008 a 2012) e inclui todas as empresas registadas em Portugal nesse período.

O processo de criação-destruição de emprego, a nível sectorial, será baseada no artigo Carreira e Teixeira (2016). Os dados deste artigo referem-se à indústria transformadora (Secção C da CAE) e estão em termos líquidos e tratados estatisticamente pelos autores.

Relativamente aos determinantes da saída das empresas do mercado, o estudo será baseado no artigo supramencionado e no artigo Carneiro, Portugal e Varejão (2013). A análise a esta problemática através destes dois artigos permite não só uma validação cruzada dos resultados mas, sobretudo, abordar o tema com uma análise complementar.

3.2. Questões e objetivos do estudo

Para a prossecução do objetivo geral delineado foram equacionadas as seguintes questões de investigação:

- Qual o impacto da crise económica de 2008-2012 na taxa de entrada e saída das empresas do mercado? Algum acontecimento histórico que justifique o fenómeno parcialmente?
- Qual o impacto da crise económica de 2008-2012 na taxa de criação e destruição de emprego na indústria transformadora?
- Quais são os fatores explicativos para a saída das empresas (produtividade, entrada de empresas, a dimensão e/ou a crise)?

3.3. Resultados

A análise será delimitada por dois períodos para cada variável definida: período pré-crise (2004-2007) e período de crise (2008-2012).

Os dados encontrados para diversas variáveis em valores absolutos são valores de uma considerável grandeza e, por isso, serão reportados em Anexo (Quadro 9 e Gráfico 1). Para alcançar o objetivo deste estudo será feita uma análise das variáveis a nível percentual, para facilitar a visualização/compreensão do seu trajeto.

A taxa de natalidade de empresas (taxa de entrada de empresas) é dada pelo quociente entre o número total de nascimentos reais de empresas no ano N e o número total de empresas ativas no ano N (INE). Relativamente à taxa de mortalidade de empresas, esta é obtida através do rácio entre o número total de mortes reais de empresas no ano N e o número total de empresas ativas no ano N (INE).

O Quadro 10 descreve a taxa de natalidade e mortalidade de empresas, em Portugal, nos dois períodos definidos. Verificou-se através dos dados estatísticos que no período de pré-crise o ano de 2007 apresentou a maior taxa de natalidade e mortalidade de empresas, 15,41% e 12,58% respetivamente. O ano 2004 registou a menor taxa de natalidade e mortalidade de empresas, 13,22% e 10,44% respetivamente.

No período de crise, o ano de 2012 registou a maior taxa de natalidade (12,50%). A menor taxa de natalidade de empresas foi registada em 2010 (11,94%). A menor taxa de

mortalidade de empresas, neste período, em Portugal, foi registada em 2008 (14,88%) e a maior foi registada em 2011 (18,48%).

A elevada taxa de saída de empresas em Portugal, em 2011, pode ser explicada, parcialmente, pela adoção de medidas após a celebração de documentos entre entidades portuguesas e entidades europeias num contexto de recessão global. Em 2011, foram assinados dois memorandos principais; um entre o Estado Português e Fundo Monetário Internacional, e o outro entre o governo Português, a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu. Os dois memorandos estabelecem essencialmente os mesmos objetivos, mas o documento das instituições europeias é o mais detalhado e é aquele que é designado por Memorando de Entendimento. Este Memorando tinha como medidas, entre outras, a redução das indemnizações pagas pela empresa ao trabalhador, o aumento do IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado), aumento do IRS (Imposto sobre o Rendimento de pessoas Singulares) e aumento IRC (Imposto sobre o Rendimento de pessoas Coletivas). Estas e outras medidas adotadas levou a que Portugal enfrentasse uma severa recessão interna seguida por um aumento exponencial da taxa de desemprego. Esta recessão fez com que o acesso a recursos financeiros externos fosse limitado e levou à diminuição da procura interna, o que pressionou a saída das empresas do mercado devido ao sufoco económico.

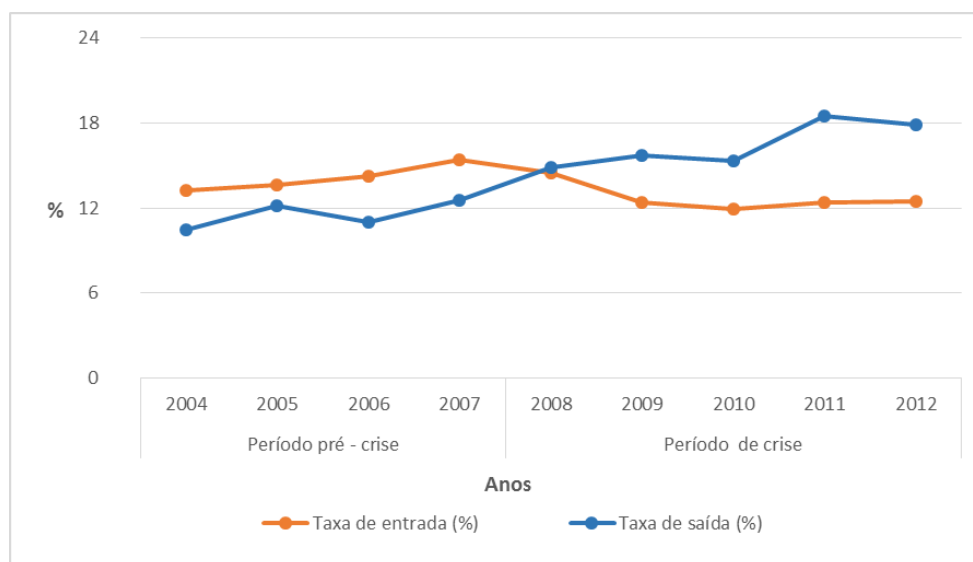
No Gráfico 2, é perceptível a evolução da taxa de entrada de empresas e a taxa de saída de empresas entre 2004 e 2012. A taxa de entrada e saída de empresas do mercado invertem a tendência verificada até então e cruzam-se em 2008, data de início da crise económica em Portugal. No gráfico é possível verificar o pico de saídas de empresas do mercado, em 2011.

Quadro 10 - Taxa de Entrada e Saída de empresas, em Portugal, entre 2004 e 2012

		Empresas	
	Anos	Taxa de entrada (%)	Taxa de saída (%)
Período pré - crise	2004	13,22	10,44
	2005	13,60	12,14
	2006	14,28	10,98
	2007	15,41	12,58
Período de crise	2008	14,50	14,88
	2009	12,38	15,70
	2010	11,94	15,36
	2011	12,39	18,48
	2012	12,50	17,89

Fonte: INE

Gráfico 2 - Taxa de Entrada e Saída de empresas, em Portugal, entre 2004 e 2012



Fonte: INE

À medida que a crise financeira se transformou numa crise da dívida soberana, a resposta do mercado de trabalho originou enormes custos sociais associados a altas taxas de destruição de emprego, altas taxas de desemprego e desemprego em massa e de longo prazo. A taxa de criação de emprego está intimamente, e de forma implícita, relacionada com a taxa de entrada de empresas. A taxa de criação (destruição) de emprego aumenta à medida que a taxa de entrada (saída) aumenta.

O Gráfico 3 apresenta as taxas de criação e destruição de emprego na indústria transformadora entre 2004 e 2012. A criação média de emprego ao longo do período da amostra é de 6,7% e a média de destruição de emprego é de 9,7%. Do período pré-crise ao período de crise, verificou-se a descida da taxa de criação líquida de emprego (diferença entre a criação e a destruição de emprego). No período de pré-crise, a taxa de criação líquida de emprego já registava um valor médio negativo, - 1,7% e, no período de crise esta agravou-se, passando a registar -3,7%. Esta descida no período de crise deveu-se sobretudo à desaceleração da criação de emprego e a um aumento da destruição de emprego, como se pode verificar através da análise do Gráfico 3. Em 2009, verificou-se a existência de uma colossal divergência entre a taxa de criação de emprego e a taxa de destruição de emprego. Este facto deve-se sobretudo ao aumento exponencial da taxa de destruição de emprego (11,8%) e à diminuição da taxa de criação de emprego. Esta divergência fez com que a taxa de criação líquida de emprego se tornasse ainda mais negativa (-6,5%) neste ano. A perda elevada de criação líquida de emprego em 2009, que no período de pré-crise não se tinha verificado, foi referenciada por Carneiro *et al.* (2013) como “destruição catastrófica de emprego”. O Gráfico 3 apresenta, de forma nítida, este fenómeno.

No Gráfico 2, o fenómeno referido anteriormente não se verifica e deve-se, sobretudo, à forma como os autores do artigo definem a taxa de saída de empresas no Gráfico 3.

No Gráfico 2, é considerado que as empresas só abandonam o mercado após duas fases – a entrada da empresa num processo de insolvência e cessação a nível jurídico. Estes dois processos verificam-se, na maioria das vezes e por diversos fatores, em períodos de tempo diferentes. Este desfasamento de tempo implica que a empresa, apesar do processo de insolvência, não abandone de imediato o mercado e, por isso, não se verifica o pico no número de saídas (taxa de destruição de emprego) e a diminuição do número de entradas (taxa de criação de emprego) de empresas no ano de 2011, no Gráfico 2. No Gráfico 3, os autores do artigo consideram que a saída das empresas do mercado verifica-se a partir do momento em que as empresas entram em processo de insolvência e, por isso, se verifica de forma tão explícita a destruição catastrófica de emprego.

A “destruição catastrófica de emprego” verificada em 2009 pode ser explicada: pela rigidez salarial, pela segmentação do mercado de trabalho e pelas restrições de crédito

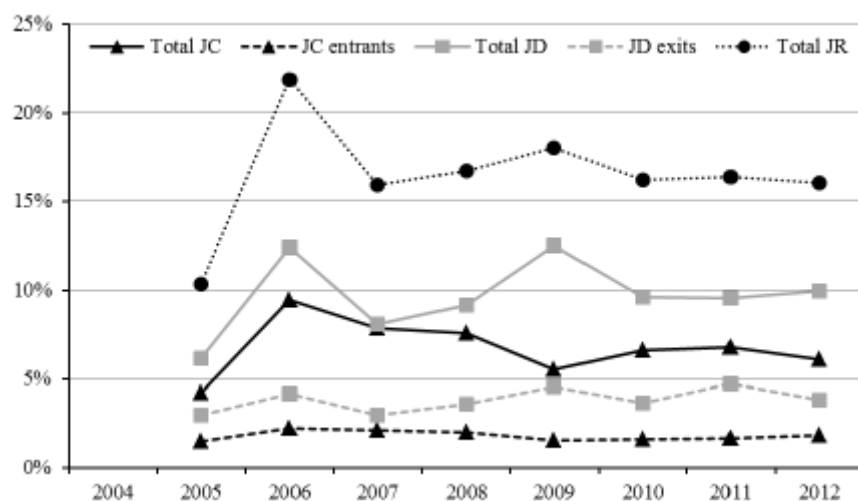
às empresas portuguesas (Carneiro *et al.*, 2013). O aumento da proporção de trabalhadores pagos com o salário mínimo (fator de rigidez) está associado à menor criação líquida de emprego. Relativamente à segmentação do mercado de trabalho, os autores mostram que o emprego temporário tem sido a forma de ajustamento mais elegida pelas empresas.

O último fator advém do agravamento significativo do papel dos juros a partir de 2009, ano em que se verificou a maior (negativa) taxa de criação líquida de emprego. Os autores deste artigo referem que, com taxas de juro mais elevadas haverá uma maior probabilidade de empresas irem à falência. As empresas que mais sofreram com restrições ao crédito foram as que mais destruíram emprego em Portugal.

A taxa de criação de emprego das entrantes e a taxa de destruição de emprego das empresas que saem seguem a tendência verificada na percentagem de entradas e de saídas do mercado. A taxa de criação de emprego por parte das empresas que entram é menor no período da crise, verificando-se o contrário na taxa de destruição de emprego neste período que, em média, aumentou face ao período 2004-2007.

A reafecção de emprego (soma dos fluxos da taxa de criação e destruição de emprego) sofreu profundas oscilações entre 2004 e 2007 seguidas de uma tendência constante entre 2008 e 2012. A eficiência da realocação de emprego, em Portugal, é substancialmente reduzida no período de crise devido à rigidez salarial, à adoção de uma forma de ajustamento errada por parte das empresas e às restrições de crédito.

Gráfico 3 - Taxa de Criação e Destruição de emprego na Indústria Transformadora, em Portugal, entre 2004 e 2012



Fonte: Carreira e Teixeira (2016)

Nota: JC, JD e JR denota Taxa Criação de emprego, Taxa de Destruição de emprego e Taxa de Realocação de emprego, respetivamente.

A nível sectorial, a análise da taxa de entrada e de saída de empresas será realizada de acordo com a Classificação Portuguesa de Atividades Económicas, Revisão 3 (CAE-Rev.3) como demonstrado no Quadro 11 (Anexos).

Pela análise do Quadro 12 verificamos que no período pré-crise a indústria “Fabricação de outro equipamento de transporte” apresentava a maior taxa de entrada e de saída de empresas (8,7% e 11,5, respetivamente). No período de crise, os setores que apresentaram a maior taxa de entrada e de saída de empresas foram, respetivamente, “Reparação e instalação de máquinas e equipamentos” (9,5 %) e “Indústria do Vestuário” (12,7%). A “Fabricação de outros produtos minerais não metálicos” (“Indústria da Bebida”) apresentou, tanto no período de pré-crise como no período de crise, a menor taxa de entrada (saída) de empresas, com 4,7% e 3,9% (3% e 4%), respetivamente.

Podemos observar o efeito da crise na taxa de saída de empresas, ao analisar a rubrica “Reparação”, no intervalo de tempo selecionado, em que a taxa de saída aumenta cerca 3,8 pontos percentuais. Esta indústria foi a que mais sofreu com a crise económica de 2008-2012.

Quadro 12 - Taxa de Entrada e de Saída de empresas na Indústria Transformadora, em Portugal, no período de pré-crise e no período de crise

CAE -Rev 3	Sector de Actividade	Período de Pré - Crise		Período de Crise	
		Taxa de Entrada (%)	Taxa de Saída (%)	Taxa de Entrada (%)	Taxa de Saída (%)
10	Indústria Alimentar	6,5	4,9	6,1	6,1
11	Indústria da Bebida	5,7	3	6,5	4
13	Fabricação de Têxteis	6,2	8,5	5,5	9,9
14	Indústria do Vestuário	7,1	10,9	7,9	12,7
15	Indústria do couro e dos produtos do couro	8,1	10,3	8,6	8
16	Indústria da madeira e da cortiça e suas obras	5,6	8,2	5,9	8,9
17	Fabricação de pasta, de papel, cartão e seus artigos	5,2	7	5,5	7,7
18	Impressão e reprodução de suportes gravados	6,9	7,3	5,2	8,3
20	Fabricação de produtos químicos	5,7	6,4	5,4	7,1
21	Fabricação de produtos farmacêuticos	8,5	4,7	5,9	5,2
22	Fabricação de artigos de borracha	4,8	5,1	4,9	6,3
23	Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	4,7	6,7	3,9	8
24	Indústrias metalúrgicas de base	5,2	6,9	5,9	7,1
25	Fabricação de produtos metálicos	6,1	6,8	5,3	6,7
26	Fabricação de equipamentos informáticos	7,8	11	7,2	8,2
27	Fabricação de equipamento eléctrico	5,4	8,6	5,4	7,1
28	Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.	5,3	7,5	4,5	7
29	Fabricação de veículos automóveis	5,5	5,7	4,5	6,3
30	Fabricação de outro equipamento de transporte	8,7	11,5	8	9,5
31	Fabricação de mobiliário e de colchões	6,2	7,6	6,2	9,6
32	Outras indústrias transformadoras	6,8	7,9	5,9	7,7
33	Reparação	7,8	3,3	9,5	7,1

Fonte: Carreira e Teixeira (2016)

Nota: A taxa de entrada (saída) de empresas é calculada através do rácio entre o número total de entradas (saídas) pelo número total de empresas em t (t-1) como sugerido por Dunne *et al.* em 1998. A decomposição dos sectores é baseada na Classificação das Atividades Económicas portuguesa a dois dígitos.

A nível setorial também é possível verificar quais as indústrias que apresentam maior e menor taxa de criação e de destruição de emprego e de desemprego (Quadro 13). No período de pré-crise verifica-se que a indústria da “Reparação e instalação de máquinas e equipamentos” revelou a maior taxa de criação de emprego (11,6%) e a “Indústria do Couro” revelou a maior taxa de destruição de emprego (12,4%). Neste período, a indústria de “Fabricação de pasta, de papel, cartão e seus artigos” evidenciou a menor taxa de criação de emprego (3,9%) e a “Indústria metalúrgica de base” exibiu a menor taxa de destruição de emprego (5,5%).

No período de crise (2008-2012), a indústria “Reparação e instalação de máquinas e equipamentos” e “Fabricação de outro equipamento de transporte” foram as que, respetivamente, apresentaram maior taxa de criação (9,3%) e maior taxa de destruição de emprego (18,2%). Esta última indústria foi a que sofreu o maior impacto na taxa de

destruição de emprego: do período de pré-crise ao período de crise, a sua taxa de destruição de emprego aumentou 10,8 pontos percentuais.

Quadro 13 - Taxa de Criação e Destruição de emprego na Indústria Transformadora, em Portugal, no período de pré-crise e no período de crise

Sector de Actividade	Período de Pré - Crise		Período de Crise	
	Taxa de Criação de Emprego (%)	Taxa de Destruição de Emprego (%)	Taxa de Criação de Emprego (%)	Taxa de Destruição de Emprego (%)
Indústria Alimentar	8,4	6,4	7,2	8,4
Indústria da Bebida	7,1	7,4	8	8,8
Fabricação de Têxteis	5,1	10,1	4,6	11,5
Indústria do Vestuário	7,3	11,6	7,5	14
Indústria do couro e dos produtos do couro	8,3	12,4	8,7	8,3
Indústria da madeira e da cortiça e suas obras	6,7	8,2	6	12
Fabricação de pasta, de papel, cartão e seus artigos	3,9	7,2	5	5,9
Impressão e reprodução de suportes gravados	7,2	8,5	5,3	11,9
Fabricação de produtos químicos	4,6	5,7	4,7	6,8
Fabricação de produtos farmacêuticos	7,4	6,6	6,1	5
Fabricação de artigos de borracha	5,8	6,5	5,6	7,3
Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	5,7	9,1	3,9	10,7
Indústrias metalúrgicas de base	8,4	5,5	4,2	7,5
Fabricação de produtos metálicos	9,3	8,1	7,4	10,2
Fabricação de equipamentos informáticos	5,8	9,5	5,4	8,9
Fabricação de equipamento eléctrico	6,7	7,4	6,5	6,4
Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.	6,4	6,3	5,2	8,5
Fabricação de veículos automóveis	5	8,8	5,2	8,5
Fabricação de outro equipamento de transporte	7	6,5	7,4	18,2
Fabricação de mobiliário e de colchões	8,2	10,6	7,4	12,8
Outras indústrias transformadoras	7,9	9,1	6,8	9,1
Reparação	11,6	6,9	9,3	11,1

Fonte: Carreira e Teixeira (2016)

Nota: A taxa de criação (destruição) de emprego é obtida pelo quociente entre o fluxo de criação e destruição de emprego e o nível de emprego médio de t e $t-1$ (como sugerido por Davis *et al.* Em 1996).

A literatura económica recente dá uma maior ênfase aos determinantes da saída de empresas do mercado. No artigo Carreira e Teixeira (2016), foram definidas várias variáveis explicativas para a saída das empresas do mercado, como por exemplo, a produtividade das empresas (antes e durante a crise); a dimensão das empresas da indústria (antes e durante a crise) e a entrada de empresas no mercado (antes e durante a crise). O objetivo era compreender o impacto das diversas variáveis na taxa de risco de saída das empresas e confrontar com a opinião de diversos autores.

Deve ter-se em conta que, se os coeficientes estimados indicarem um sinal negativo, estamos na presença de uma diminuição na probabilidade de saída, ou seja, um aumento na probabilidade de sobrevivência no mercado.

A partir da estimação feita pelos autores (Quadro 14) verificou-se que a produtividade da empresa (logaritmizada) tem um coeficiente negativo e é estatisticamente significativo ao nível de 1%, ou seja, um aumento do nível de produtividade leva à diminuição da taxa de risco de saída e, portanto, aumenta a taxa de sobrevivência no mercado. Esta variável é também estimada com a *dummy* “Crise” – assume valor 0 entre 2004 e 2007 e 1 entre 2008 e 2012. Conclui-se que apresenta um coeficiente positivo e estatisticamente significativo, ou seja, o aumento no nível de produtividade implica o aumento do risco de saída da empresa do mercado, o que vem corroborar a abordagem de Schumpeter (1934 a) de que as recessões implicam a saída de técnicas e produtos do mercado a um ritmo mais acelerado para que os recursos sejam deixados para técnicas mais produtivas.

A taxa de entrada de empresas no mercado como variável explicativa não apresenta qualquer significância estatística no modelo, o que indica que não tem qualquer influência no risco de saída das empresas, o que vem contradizer o efeito de causalidade da entrada na saída – a entrada influencia a saída – defendida por autores como Love (1936) e Jonhson e Parker (1996).

Finalmente, a variável “*log employment*” presente no Quadro 14 é a *proxy* usada para a definição da dimensão da empresa. O modelo estimado pelos autores resultou, para esta variável, num coeficiente estatisticamente significativo a 1% e de valor negativo. O risco da saída das empresas diminui à medida que a empresa tem uma maior dimensão.

As variáveis *sales* (capacidade financeira para investir), *operating cash-flows* (liquidez existente) e *leverage* (rácio da dívida pelos ativos e a dependência da empresa por financiamento externo) são variáveis que determinam a restrição financeira de cada empresa e, por isso, a saída ou não das empresas. Um valor elevado para *sales* ou *operating cash- flows* leva a uma diminuição do risco de saída das empresas do mercado. Pelo Quadro 14 é possível verificar que estas três variáveis apresentam um nível de significância a 1% e, tanto *sales* como *operating cash-flows*, apresentam coeficientes negativos (redução do risco de saída) e o coeficiente positivo de *leverage* sugere que

quanto maior é o grau de dependência de financiamento externo, maior é o risco de saída da empresa.

Com a crise, o impacto destas *proxies* no risco de saída é diferente. Os coeficientes *crisis*sales* e *crisis*operating cash-flows* são negativos, mas esta última já não é estatisticamente significativa. A *proxy crisis*leverage* apresenta um coeficiente negativo e estatisticamente significativo a 1%. Num contexto de restrições de crédito generalizado, o facto de as empresas que têm um nível mais elevado de dívida parecem ter um maior grau de sobrevivência (Carreira e Teixeira., 2016).

Podemos fazer uma breve comparação sobre esta temática através da análise empírica realizada no artigo Carneiro *et al.* (2013) demonstrada no Quadro 15. Um dos objetivos do referido artigo foi o de identificar as variáveis que influenciam a saída de empresas da indústria transformadora do mercado, entre 2006 e 2010. Foram estimadas variáveis como: vendas, salário (massa salarial dividido pelo número de trabalhadores, capital (valor dos ativos da empresa no final do ano), dívida da empresa e, por fim, a produtividade total dos fatores. O modelo foi estimado através de um modelo *Probit* (pois a variável independente é uma *dummy* – em que igual a 1 no ano t significa saída em $t+1$ e igual a 0 no ano t se não sair em $t+1$).

No Quadro 15, a produtividade total dos fatores produtivos tem um nível de significância estatístico ao nível de 10%, inferior ao observado no Quadro 14 (1%), e apresenta um coeficiente estimado negativo – quanto maior for o valor da produtividade total dos fatores menor é a probabilidade de a empresa sair do mercado. Esta relação inversa entre a produtividade e a saída de empresas também foi verificada no Quadro 14.

A variável *log sales* neste quadro apresenta o mesmo efeito no risco de sair (um aumento nesta variável implica uma diminuição no risco de saída) que o apresentado no Quadro 14, mas apresenta apenas um nível de significância ao nível de 10%.

Portanto, embora as análises empíricas sejam realizadas por autores e modelos diferentes, o impacto que as variáveis têm na probabilidade de sair do mercado é o mesmo (quando as variáveis que se tomam em conta são as mesmas).

Quadro 14 - Determinantes da saída de empresas do mercado, em Portugal, entre 2004 e 2012

Variables	(1)
Log <i>TFP</i>	-0.280*** (0.022)
Crisis × Log <i>TFP</i>	0.178*** (0.027)
Log <i>Sales</i>	-0.354*** (0.011)
Crisis × Log <i>Sales</i>	-0.074*** (0.009)
Log <i>Operating cash-flow</i>	-0.101*** (0.003)
Crisis × Log <i>Operating cash-flow</i>	-0.002 (0.004)
Log <i>Leverage</i>	0.002*** (0.000)
Micro × Log <i>Leverage</i>	
Small × Log <i>Leverage</i>	
Medium × Log <i>Leverage</i>	
Large × Log <i>Leverage</i>	
Crisis × Log <i>Leverage</i>	-0.002*** (0.000)
Micro × Crisis × Log <i>Leverage</i>	
Small × Crisis × Log <i>Leverage</i>	
Medium × Crisis × Log <i>Leverage</i>	
Large × Crisis × Log <i>Leverage</i>	
<i>Entry rate</i>	0.069 (1.075)
Log <i>Employment</i>	-0.343*** (0.009)
Log likelihood	-179,322.98
Wald test	15,705.56***
No. of observations	273,076

Notes: Cox proportional hazard model (2) regression, with 'ties' handled with the method proposed by Efron (1977). The *LogTFP* is normalized by the weighted average (total factor) productivity by industry and *Sales* is normalized by firm size. "Crisis" is a dummy for the period 2008–2012. "Micro", "small", "medium", and "large" are dummies for firms with less than 10, 10–49, 50–249, and 250 or more employees, respectively. The regression includes 22 two-digit industry dummies. Firm-cluster robust standard errors are given in parentheses. ***, **, and * denote statistical significance at the 0.01, 0.05, and 0.10 levels, respectively.

Fonte: Carreira e Teixeira (2016)

Quadro 15 - Determinantes da saída de empresas do mercado, em Portugal, entre 2006 e 2010

	Probit Regression	
	Coefficients	Marginal effects
Log sales	-0.104* (0.018)	-0.008
Log wages	0.131* (0.033)	0.01
Log employment	0.175* (0.018)	0.013
Log capital	-0.144* (0.011)	-0.011
Total factor productivity	-0.293* (0.017)	-0.021
Log debt	0.160* (0.011)	0.012
Firm interest rate × 2006	1.771* (0.260)	0.129
Firm interest rate × 2007	1.274* (0.245)	0.093
Firm interest rate × 2008	1.419* (0.223)	0.104
Firm interest rate × 2009	2.008* (0.220)	0.147
Firm interest rate × 2010	3.037* (0.218)	0.222
Number of firms	75 525	

Source: IES.
The regression also includes four year dummies and a constant term. Firm-cluster robust standard errors in parentheses. * indicates statistical significance at 1% level.

Fonte: Carneiro *et al.* (2013)

Parte IV – Estágio Curricular

O presente capítulo resume as atividades realizadas pela mestranda no ambiente da entidade de acolhimento. Integrei a entidade, conhecendo o objeto, os clientes e o método de trabalho. Durante o tempo de permanência na empresa *My Business* a principal tarefa que desempenhei foi a realização de todo o processo contabilístico mensal, tendo um nível de autonomia elevado. É importante salientar que a maior preocupação da entidade de acolhimento é a fiabilidade da informação financeira criada em todo o processo contabilístico. Deste modo, a entidade de acolhimento tem especial atenção às práticas de controlo interno utilizadas pelos seus colaboradores e, por isso, opta por inicialmente explicar todos os seus métodos para que este controlo seja bem executado. O processo contabilístico subdivide-se em quatro principais etapas: a receção, a organização, a verificação e o registo dos documentos.

4.1. Atividades realizadas

4.1.1. Práticas de Controlo Interno

O controlo interno define-se como uma forma destinada a prevenir a ocorrência de erros e irregularidades, ou a minimizar as suas consequências. Um sistema de controlo interno engloba um plano de organização e todos os métodos e procedimentos adotados para assegurar os diversos objetivos da gestão.

Algumas das funções realizadas pelos colaboradores na entidade de acolhimento são consideradas como procedimentos de controlo interno, tais como a numeração manual dos documentos, para que não exista extravio de documentos contabilísticos; a utilização de ficheiros de Excel para prevenir erros e irregularidades; as conciliações bancárias que permitem conciliarem o extrato bancário, garantindo que no final a diferença de saldos seja devida por entradas e saídas de dinheiro identificadas e que estas fiquem regularizadas; a conferência de saldos quer dos clientes quer dos fornecedores para identificar diferenças entre o saldo registado na contabilidade da entidade de acolhimento e o saldo registado na contabilidade do cliente ou fornecedor, possibilitando desta forma detetar documentos por registar.

A medida de controlo interno mais importante na entidade de acolhimento é o documento de controlo do ponto de situação dos clientes. Através deste é possível planear, controlar e supervisionar o trabalho feito por todos os colaboradores. Este documento consiste num ficheiro de Excel onde se registam todas as obrigações que as entidades clientes têm de cumprir, desde a organização dos documentos contabilísticos, à entrega periódica do IVA, ao encerramento de contas, ao E-fatura, entre outras. É importante que este documento esteja sempre atualizado, de modo a que nenhuma entidade seja esquecida e que todos os colaboradores da entidade de acolhimento saibam sempre o que está realizado e o que está por fazer, permitindo, assim, a não duplicação de trabalhos e a organização da entidade.

4.1.2. Receção dos Documentos Contabilísticos e Fiscais

A receção dos documentos é a base de todo o processo contabilístico, na medida em que sem eles o registo não se poderá processar, pois não se podem registar factos na contabilidade que não estejam devidamente documentados. Os documentos das várias empresas clientes são maioritariamente entregues pelas mesmas durante um prazo indicado pela empresa, para que não haja, eventualmente, falta de informação ou omissão de factos no momento em que se têm de registar. Após a receção dos documentos, estes são colocados na pasta referente à empresa cliente em questão e só posteriormente é feito o seu processo contabilístico.

4.1.3. Verificação e Arquivo dos Documentos Contabilísticos e Fiscais

A organização dos documentos não ocorre de um modo aleatório porque nem todos os documentos entregues à empresa são válidos, por isso é necessário realizar uma triagem. Para que um documento contabilístico seja válido é necessário que tenha os elementos obrigatórios, conforme enunciado na alínea nº 6 do art.36º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado⁷: As faturas devem ser datadas, numeradas sequencialmente e conter os seguintes elementos: a) Os nomes, firmas ou denominações sociais e a sede ou domicílio do fornecedor de bens ou prestador de serviços e do destinatário ou adquirente,

⁷ www.portaldasfinancas.gov.pt, acedido a 20 Novembro de 2015.

bem como os correspondentes números de identificação fiscal dos sujeitos passivos de imposto; b) A quantidade e denominação usual dos bens transmitidos ou dos serviços prestados, com especificação dos elementos necessários à determinação da taxa aplicável; as embalagens não efetivamente transacionadas devem ser objeto de indicação separada e com menção expressa de que foi acordada a sua devolução; c) O preço, líquido de imposto, e os outros elementos incluídos no valor tributável; d) As taxas aplicáveis e o montante de imposto devido; e) O motivo justificativo da não aplicação do imposto, se for caso disso; f) A data em que os bens foram colocados à disposição do adquirente, em que os serviços foram realizados ou em que foram efetuados pagamentos anteriores à realização das operações, se essa data não coincidir com a da emissão da fatura. No caso de a operação ou operações às quais se reporta a fatura compreenderem bens ou serviços sujeitos a taxas diferentes de imposto, os elementos mencionados nas alíneas b), c) e d) devem ser indicados separadamente, segundo a taxa aplicável. Após a conferência destes requisitos, os documentos são separados por meses para que deste modo não ocorram erros e que sejam lançados no período a que respeitam. Posteriormente, são distribuídos pelos diários a que correspondem.

Os diários utilizados na *My Business* são o Caixa, o Banco, as Compras, as Vendas e/ou Prestação de Serviços e por último, os Diversos. A utilização destes varia de empresa cliente para empresa cliente. No diário de Caixa encontram-se documentos relativos aos fluxos de tesouraria da empresa, isto é, documentos correspondentes a recebimentos, entradas de valores monetários para a empresa, a pagamentos, e a saídas de valores monetários da empresa. Igualmente, o diário de Bancos incorpora os documentos relativos a fluxos de tesouraria da empresa, mas neste, apenas se encontram os documentos relativos às contas bancárias da empresa.

No diário de compras são colocados todos os documentos comprovativos das aquisições de matérias-primas e de bens destinados a consumo ou venda, quer sejam pagas (pronto pagamento) ou não (crédito). Relativamente ao diário de vendas e/ou prestação de serviços, encontram-se arquivadas as faturas, vendas-a-dinheiro, notas de débito e notas de crédito efetuadas para os clientes.

Por último, no diário diversos ficam arquivados os documentos que não se enquadram em nenhum dos diários acima referidos, como por exemplo, o processamento de salários. Após a separação dos documentos por diários, estes são arquivados por ordem alfabética, com

exceção das faturas, vendas-a-dinheiro, notas de débito, notas de crédito e recibos que devem ser arquivados por ordem numérica.

Na *My Business*, a organização dos *dossiers* é efetuada por ordem cronológica inversa, de modo a que o primeiro mês esteja no final do dossier e o último no início deste.

4.1.4. Classificação e Registo Informático dos Documentos

Depois dos documentos estarem devidamente arquivados procede-se ao seu registo na aplicação informática de Contabilidade. O programa de contabilidade utilizado na entidade de acolhimento é o PRIMAVERA⁸ *Profissional*. Para se proceder ao lançamento dos documentos começa-se por seleccionar a empresa a que estes dizem respeito, seleccionando em seguida a função “movimentos”. Nesta função, os documentos são sempre lançados no último dia do mês ao qual se referem, de modo a simplificar o processo. Escolhe-se o diário em que são lançados e ainda o tipo de documento em causa. À medida que se faz o lançamento dos documentos, é necessário ao mesmo tempo ir numerando-os manualmente também de forma cronológica inversa, tal como acontece aquando a organização destes. Esta numeração tem de corresponder à numeração no PRIMAVERA, não só para facilitar uma posterior localização do documento, como também, para garantir que não haja documentos extraviados.

4.2. Reflexão crítica

4.2.1. *My Business*

A análise *SWOT* identifica os pontos fulcrais do ambiente e da estratégia da entidade (Johnson, 2008: p. 119). O objetivo desta matriz (Quadro 16) é analisar ao mesmo tempo interna e externamente a entidade. Internamente é analisada através das forças e fraquezas, externamente através das oportunidades e ameaças (Ferreira, 2010: p.95).

⁸ Neste trabalho será tratado por PRIMAVERA

Quadro 16 - Matriz SWOT da entidade de acolhimento

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none">○ Excelente relação com o cliente;○ Recursos humanos qualificados;○ Boas instalações;○ Boa localização;○ Eficácia, eficiência da informação tratada.	<ul style="list-style-type: none">○ Pouca capacidade financeira;○ Pouca notoriedade da marca;○ Hardware e software desajustados às necessidades.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none">○ Estágios curriculares/profissionais;○ Promoção da marca em redes sociais;○ Surgimento de novas tecnologias.	<ul style="list-style-type: none">○ Concorrência;○ Situação económica do país;○ Instabilidade política.

Fonte: Elaboração própria

Após a elaboração da matriz *SWOT* da *My Business*, é possível extrair algumas recomendações sobre quais os problemas da entidade que são necessários resolver (Lindon *et al.*, 2009: p.451). O país encontra-se num estado crítico traduzindo-se na saída do mercado de muitas empresas, fazendo com que a empresa tenha perdido alguns dos seus clientes. Outra consequência do estado do país é a diminuição da capacidade de pagamento pelos serviços prestados à *My Business*. Esta ameaça, juntamente com a falta de capacidade financeira por parte da empresa, é problemática mas pode ser suprimida com a oportunidade dos estágios curriculares, estágios profissionais, medidas de apoio como “Estímulo Emprego” pois, apesar da falta de liquidez dos clientes e consequente falta de fonte de receita, consegue ter menos despesas nos recursos humanos.

Com a redução de despesas nos recursos humanos é possível investir no *hardware* e *software* da entidade acolhedora, o que aumentará a eficácia e eficiência perante os clientes devido à redução de tempo na elaboração de tarefas quotidianas e também devido à qualidade do trabalho prestado, que, por sua vez, aumentará a retenção de clientes na entidade acolhedora.

A concorrência por parte dos outros gabinetes de contabilidade é relevante mas consegue ser ultrapassada pela excelente relação que existe com o cliente e pela elevada qualificação dos recursos humanos que produz eficácia na informação tratada.

Quanto à pouca notoriedade da marca, esta fraqueza é possível de ser colmatada mediante a divulgação da marca através das redes sociais, que não tem um custo elevado para a entidade.

4.2.2. Estágio Curricular

O motivo mais óbvio da elaboração deste relatório de estágio foca-se, sobretudo, no facto deste ser essencial para a conclusão do Mestrado em Economia. Com este trabalho pretende-se refletir e consolidar toda a aprendizagem obtida no decorrer do estágio curricular, o que, futuramente, contribuirá para a nossa vida profissional. A realização do estágio possibilita-nos a uma maior aproximação com a realidade, tanto a nível de conceitos como ao nível de procedimentos que se deverá ter em consideração quando se iniciar a prática profissional.

A realização deste estágio foi bastante positiva, por ter sido um primeiro contacto com o mundo profissional e de forma ativa, onde foi possível analisar, julgar, dar pareceres e intervir em situações reais. O contacto com situações reais e às quais têm de ser dadas respostas céleres, trabalhar com profissionais qualificados e com vastos conhecimentos em contabilidade, permitiu adquirir parte desses conhecimentos e hábitos de trabalho, o desenvolvimento da minha capacidade de reflexão, auto crítica e organização mental.

Grande parte das limitações relacionou-se com o momento de adaptação. A mudança de hábitos, a ausência de familiares, entre outras, foram fatores exclusivamente pessoais, mas que condicionaram, de certa forma, a realização deste estágio. Outra das limitações está relacionada com o tempo. Na verdade, a carga horária do estágio não possibilitou despende muito tempo para a elaboração deste relatório.

A Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra foi a peça-chave para a concretização deste ciclo de estudos. Os Professores que me acompanharam desde a licenciatura até à conclusão do Mestrado foram, em todos os momentos, excepcionais. Na medida em que estes foram incansáveis na preparação para o mundo profissional; no desenvolvimento e consolidação de conhecimento e no apoio incondicional dado em todo o processo de aprendizagem. Sem a base teórica, e de alguma forma prática, lecionada nas unidades curriculares deste estabelecimento, não seria possível concretizar esta fase de estudos de forma tão positiva.

Conclusão

O presente relatório incide sobre a dinâmica das empresas portuguesas bem como a criação e destruição de emprego. O objetivo principal traçado foi a compreensão do impacto da crise económica 2008-2012 na dinâmica das empresas e no processo de criação/destruição de emprego.

Assiste-se entre 2004 e 2012, nas empresas da indústria transformadora, ao processo de “limpeza”, referenciado por diversos autores como pré-requisito de evolução de um mercado. A taxa de entrada de empresas, durante a crise (2008-2012), diminui ligeiramente, ao contrário do verificado na taxa de saída de empresas. Neste período, assiste-se a um aumento da destruição de emprego e um abrandamento na criação de emprego. Relativamente à realocação de emprego, não se pode afirmar que seja anticíclica. Em Portugal, no ano de 2009, assistiu-se a um processo de destruição de emprego catastrófica, tendo-se verificado uma grande divergência na taxa de criação e na taxa de destruição de emprego.

O número de saídas de empresas de um mercado depende de diversos fatores, como por exemplo: produtividade total dos fatores (um aumento desta variável leva a uma diminuição do risco de saída das empresas); dimensão da empresa (quanto maior for a dimensão de uma empresa, menor será o risco de saída dessa empresa). No período de crise, o impacto que a produtividade total dos fatores tem no risco de saída de empresas aumenta – as empresas com um nível de produtividade inferior têm um maior risco de sair do mercado em tempo de crise.

O estudo sobre o impacto das recessões económicas na dinâmica das empresas é importante, pois permite uma modelação económica e formulação de políticas realizadas de acordo com a necessidade do mercado.

A realização deste estudo permitiu gerar uma analogia do panorama nacional – aumento do número de saídas de empresas no período da crise – com a conclusão precipitada retirada no decorrer do estágio: o aumento exponencial do número de processos de insolvência (e falências) de clientes da entidade acolhedora em anos referentes aos anos de crise económica.

O Estágio Curricular permitiu fazer uma ligação das várias matérias abordadas ao longo do curso, com a realidade do dia-a-dia, e foi extremamente gratificante pela partilha

de conhecimentos, e proporcionou ainda uma forte motivação e autoconfiança profissional para o futuro ingresso no mundo profissional.

Para terminar, o Estágio Curricular e a elaboração deste relatório desenvolveu o meu sentido de responsabilidade, deu uma visão mais cuidada da realidade e fomentou a reflexão crítica e fundamentada.

Bibliografia

- Acs, Z. Audretsch D. (1989b) "Small firm entry in U.S manufacturing" *Economica*, 222 (56), 255-265
- Acs, Z. J., Autio, E. and Szerb, L. (2014) "National Systems of Entrepreneurship: measurement issues and policy implications" *Research Policy*. 43(3), 476–494.
- Acs, Z. J., Szerb, L. and Autio, E. (2015) "Global Entrepreneurship and Development Index 2014" New York: *Springer International Publishing*, 1132 p.
- Aghion, P., Blundell, R., Griffith, R., Howitt, P., and Prantl, S. (2009) "The effects of entry on incumbent innovation and productivity" *Review of Economics and Statistics*. 91(1), 20–32.
- Andraz, Georgette (Universidade do Algarve); Sarkar, Soumodip (Universidade de Évora); Guerreiro, J. (Universidade do Algarve) (2012) *Dinâmica Empresarial: fatores determinantes da entrada de novas empresas*, <http://www.aecal.org.pd> [1 de Dezembro de 2015]
- Austin, J.S. e Rosenbaum, D. I. (1990) "The determinants of entry and exit rates into US manufacturing industries" *Review of Industrial Organization*. 5. 211- 221
- Bain, J. S. (1956) *Barriers to New Competition*, 1 ed., Cambridge, MA: Harvard University Press
- Banco de Portugal (2007) *Boletim Económico - Inverno de 2007* (Vol. 13).
- Brown C., Connor J., Hecringa S., Jackson J. (1990) "Studying (small) business with the Michigan Employment Security Commission longitudinal data base" *Small Business Economics*. 2, 261 - 277
- Caballero, R. and Hammour, M. L. (1994) "The Cleansing Effects of Recessions" *American Economic Review*. 84(5), 1350–1368.
- Carneiro, A., Portugal, P., & Varejão, J. (2013) "Catastrophic job destruction during the portuguese economic crisis" *Journal of Macroeconomics*. 39, 444–457.
- Carneiro, A., Portugal, P., & Varejão, J. (2014) "Catastrophic Job Destruction" *IZA Discussion Paper*, (7670).
- Carreira, C., & Teixeira, P. (2008) "Internal and external restructuring over the cycle: a firm-based analysis of gross flows and productivity growth in Portugal" *Journal of Productivity Analysis*. 29(3), 211–220.

- Carreira, C., & Teixeira, P. (2011a) "The shadow of death: Analysing the pre-exit productivity of Portuguese manufacturing firms" *Small Business Economics*. 36(3), 337–351.
- Carreira, C. and Teixeira, P. (2011b) "Entry and exit as a source of aggregate productivity growth in two alternative technological regimes" *Structural Change and Economic Dynamics*. 22(2), 135–150.
- Carreira, C., & Teixeira, P. (2016) "Entry and exit in severe recessions : Lessons from the 2008 – 2013 Portuguese economic crisis" *Small Business Economics*. 1-42
- Claessens, S., Kose, M. A., & Terrones, M. E. (2009) "What happens during recessions, crunches and busts?" *Economic Policy*. 24(60), 653–700.
- Davis, S.J., Haltiwanger, J.C. (1992) "Gross job creation, gross job destruction, and employment reallocation" *Quarterly Journal of Economics*. 107(3), 819–863.
- Decreto-Lei nº 381/2007, de 14 de Novembro [27 de Dezembro de 2015]
- Duarte, C. Universidade da B. I. (2008) *Determinantes de entrada e saída de empresas nas regiões : Evidência empírica para Portugal utilizando modelo de dados de painel*, <https://ubibliorum.ubi.pt/pdf> [1 de Dezembro de 2015]
- Duetsch, L. (1984) "Entry and the extent of multiplant operations" *Journal of Industrial Economics*. 4 (32), 477 - 487
- Dunne, T., Roberts, M., Samuelson, L. (1988) "Patterns of firm entry and exit in U.S. manufacturing industries" *Rand Journal of Economics*. 19 (4), 495–515.
- Evans, L.B. e Siegfried (1992) "Entry and Exit in United States manufacturing industries from 1977 to 1982, in Audrestch e Siegfried" *Empirical Studies in Industrial Organization*, Kluwer Academic. 253 - 273
- Foster, L., Grim, C., & Haltiwanger, J. (2014) "Reallocation in the Great Recession: Cleansing or Not?" *Economic Studies Paper No. CES* . <http://www.sole-jole.org/13FGH.pdf> [12 de Dezembro de 2015]
- Geroski, P (1991). *Market Dynamics and Entry*, Blacwell, Massachusetts
- Hyatt, H., & Mcentarfer, E. (2012) "Job-to-Job Flows in the Great Recession" *American Economic Review*. 102(3), 580–583.
- Instituto Nacional de Estatística (2004 – 2012). *Anuários Estatísticos de Portugal* .<http://www.ine.pt> [3 de Janeiro de 2016]

- Instituto Nacional de Estatística (2009) *Demografia das Empresas .O Empreendedorismo em Portugal*, 1–11, <http://www.ine.pt> [3 de Janeiro de 2016]
- Instituto Nacional de Estatística (2010) *Evolução do Setor Empresarial em Portugal, 2004-2010*, <http://www.ine.pt> [3 de Janeiro de 2016]
- Johnson P., Parker S (1996) "Spatial variations in the determinants and effects of firm births and deaths" *Regional Studies*. 30, 679 - 688
- Lee, Y., & Mukoyama, T. (2012) "Entry, exit, and plant-level dynamics over the business cycle" *Working Paper*, 1–67.
- Lindon, D. Lendrevie, J. Rodrigues, J. V. Lévi, J. Dionísio, P. *Mercator XXI – Teoria e Prática do Marketing*. 12.ed. Publicações Dom Quixote, 2009.
- Love James H. (1996) *Entry and exit: a county level analysis*, Applied Economics Vol. 28 pp.441-451
- My Business* Consultores Financeiros e Informáticos, Lda., [http://: www.liteprice.com.pt](http://www.liteprice.com.pt). [20 de Novembro de 2015]
- Nickell, S., & Nicolitsas, D. (1999) "How does financial pressure affect firms?" *European Economic Review*. 43(8), 1435–1456.
- Nickell, S., Nicolitsas, D., & Dryden, N. (1997) "What makes firms perform well?" *European Economic Review*. 41(3-5), 783–796.
- Nicolitsas, D. (2014). Comment on “ Catastrophic job Destruction during the Portuguese Economic Crisis ”. *Journal of Macroeconomics*. 39, 458–459.
- Norte, N. M. A. (2003) "Os determinantes do desemprego europeu e sua evolução" *Sociedade E Trabalho*. 16, 75–79.
- Padilla, B., & Ortiz, A. (2012) "Fluxos migratórios em Portugal: do boom migratório à desaceleração no contexto de crise" *Rev. Inter. Mob. Hum.* XX(39), 159–184.
- Paes, R., Iscte, M., & Cet, D (2013) "Portugal no Contexto Europeu" *Conferência “Economia Portuguesa: Propostas Com Futuro”*.
- Schumpeter, J. A. (1934a) "The Theory of Economic Development: An Inquiry into Profits, Capital, Credit, Interest and the Business Cycle", translated by R. Opie from the 2nd German edition [1926], Harvard University Press, Cambridge.

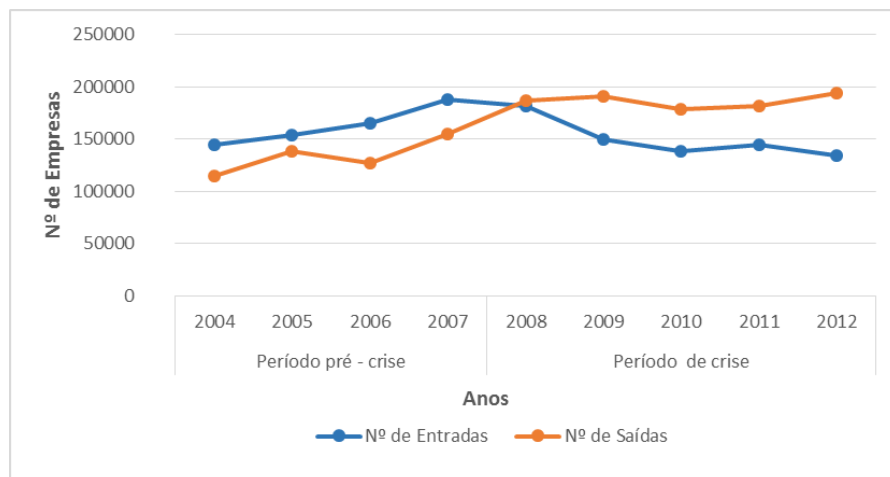
- Schumpeter, J. A. (1934b) "Depressions: Can we learn from past experience?" In: Brown, D. V., Chamberlin, E. and Harris, S. E. *et al.* (eds) *The economics of the recovery program*. Whittlesey House, New York, 3–12.
- Vieira, C. (2013). *Impacto da Crise no Financiamento das Empresas Portuguesas. Tese de Mestrado em Finanças, Faculdade de Economia da Universidade do Porto.*

Webgrafia

- Banco de Portugal www.bportugal.pt [3 de Dezembro de 2015]
- IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional www.iefp.pt [3 de Janeiro de 2015]
- INE – Instituto Nacional de Estatística www.ine.pt [3 de Janeiro de 2015]
- My Business* Consultores www.liteprice.com.pt [20 de Novembro de 2015]
- Portal das Finanças www.portaldasfinancas.gov.pt/pt [20 de Novembro de 2015]
- Portal da Justiça <http://publicacoes.mj.pt/> [2 de Setembro de 2015]

Anexos

Gráfico 1 - Nº de Entradas e Saídas de empresas, em Portugal, entre 2004 e 2012



Fonte: INE

Quadro 9 - Nº de Entradas e Saídas de empresas, em Portugal, entre 2004 e 2012

	Anos	Empresas	
		Nº de Entradas	Nº de Saídas
Período pré - crise	2004	144.991	115.034
	2005	153.884	138.720
	2006	164.755	127.482
	2007	187.574	155.107
Período de crise	2008	181.134	187.124
	2009	150.166	190.606
	2010	138.376	178.148
	2011	144.233	182.021
	2012	134.757	194.033

Fonte: INE

Quadro 11 - A Classificação Portuguesa de Atividades Económicas da Indústria Transformadora

CAE-Rev3	Sector de Atividade
10	Indústria Alimentar
11	Indústria da Bebida
13	Fabricação de Têxteis
14	Indústria do Vestuário
15	Indústria do couro e dos produtos do couro
16	Indústria da madeira e da cortiça e suas obras
17	Fabricação de pasta, de papel, cartão e seus artigos
18	Impressão e reprodução de suportes gravados
20	Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, exceto produtos farmacêuticos
21	Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas
22	Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas
23	Fabricação de outros produtos minerais não metálicos
24	Indústrias metalúrgicas de base
25	Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos
26	Fabricação de equipamentos informáticos, equipamento para comunicações e produtos eletrónicos e óticos
27	Fabricação de equipamento elétrico
28	Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.
29	Fabricação de veículos automóveis, reboques, semirreboques e componentes para veículos automóveis
30	Fabricação de outro equipamento de transporte
31	Fabricação de mobiliário e de colchões
32	Outras indústrias transformadoras
33	Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos

Fonte: Carreira e Teixeira (2016)

Nota: CAE-Rev.3, aprovada pelo Decreto-Lei nº 381/2007, de 14 de Novembro, substituiu a CAE-Rev.2.1 a partir de 1 de Janeiro de 2008